S.R. DOS RECURSOS NATURAIS
Despacho n.º 1938/2013 de 5 de Novembro de 2013

Considerando que o Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, que estabelece uma organização comum dos mercados agrícolas e disposições específicas para certos produtos agrícolas, veio criar um quadro transversal e uniforme de regras de reconhecimento de organizações de produtores, permitindo aos estados membros estabelecer regras de reconhecimento em sectores diversos daqueles em que existiam já normas específicas para esse efeito.

Em consequência, veio o despacho normativo n.º 11/2010, alterado pelo despacho normativo n.º 3/2012, publicados respetivamente no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 20 de abril, e n.º 39 de 23 de fevereiro, estabelecer um quadro de regras complementares de reconhecimento de organizações de produtores e associações de organizações de produtores dos sectores das produções vegetais e animais constantes respetivamente do anexo I e II ao citado diploma, constituídas por iniciativa dos produtores, que lhes permitam beneficiar de eventuais apoios públicos, quer sejam dirigidos para as próprias organizações quer para os respetivos membros.

Considerando, ainda as especificidades do setor agrícola na Região, veio o n.º 2 do artigo 16.º do citado despacho normativo n.º 11/2010, na atual redação, determinar que nas Regiões Autónomas, o número mínimo de membros produtores e o volume mínimo de produção com vista ao reconhecimento das organizações de produtores, são estabelecidos pelo respetivo membro do Governo Regional com competência na matéria.

Considerando, por outro lado, que nos termos do disposto no n.º 1 do citado artigo, veio a Resolução do Conselho do Governo n.º 37/2012, de 21 de março, reconhecer como entidade competente no âmbito do reconhecimento de organizações de produtores e associações de organizações de produtores, o Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas – IAMA.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 16.º do citado despacho normativo n.º 11/2010, na atual redação, e do artigo 13.º do DRR n.º 24/2012/A, de 27 de novembro, manda o Governo da Região Autónoma dos Açores pelo Secretário Regional dos Recursos Naturais, o seguinte:

1.- Estabelecer o número mínimo de membros produtores e o volume mínimo de produção comercializada com vista ao reconhecimento das organizações de produtores dos sectores das produções vegetais e animais, constantes dos Anexos I e II ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

2. Mantém-se em vigor toda a matéria atinente ao reconhecimento das organizações de produtores e associações de organizações de produtores, sem prejuízo da aplicação do presente despacho.

3. O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

28 de outubro de 2013. - O Secretário Regional dos Recursos Naturais, *Luís Nuno da Ponte Neto de Viveiros*.

Anexo I

Produções Vegetais

Setor/produto	N.º mínimo de membros produtores	Volume mínimo de produção comercializada
Cereais, oleaginosas e proteaginosas (quando inclua o milho)	12	6.000 t
Batata	20	6.000 t
Tabaco	20	50 t
Vinho	5	150 hl
Flores	5	40.000€
Banana	5	10 t
Fruta e produtos hortícolas transformados	5	20.000€

Anexo II

Produções animais

Setor/produto	N.º mínimo de membros produtores	Volume mínimo de produção comercializada
Carne de bovino	12	750 cabeças abatidas
Carne de suínos	10	50.000 cabeças abatidas
Carne de aves de capoeira	12	170.000 cabeças abatidas
Ovos	10	1.200 t
Carne de coelho	12	60.000 cabeças abatidas
Leite e produtos lácteos de vaca	8	1.000 t eq. leite
Mel	10	1,5 t